



Anais da Assembléia

N.º 133

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 125.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1983

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do sr. deputado Trajano Bastos, secretariada pelos srs. deputados Werner Wanderer e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 151/83

Curitiba, 17 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 20 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios de Campo Largo (n.º 02/83), Colombo (n.º 03/83), Balsa Nova (n.º 04/83), Bocaiúva do Sul (n.º 05/83), Campina Grande do Sul (n.º 06/83), Campo Largo (n.º 07/83), Colombo (n.º 08/83), Contenda (n.º 09/83), Quatro Barras (n.º 11/83), e São José dos Pinhais (n.º 12/83), objetivando a aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, nos programas de obras que especifica, nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço

distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 152/83

Curitiba, 17 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 31 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Bocaiúva do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, nos programas de obras que especifica, no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 153/83

Curitiba, 17 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Apucarana, Centenário do Sul, Engenheiro Beltrão, Pérola, Planaltina do Paraná, Tuneiras do Oeste e Umuarama, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 154/83

Curitiba, 17 de novembro de 1983.

Senhor presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 13 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Janiópolis, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Emenda:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1.^o — Fica acrescentado à Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 138, o inciso XIII, com a seguinte redação:

“XIII — Estimular a criação de casas de estudantes, assistindo-as técnica e financeiramente”.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

APOIAMENTO: Acir Mezzadri, Roberto Requião, Adhail Sprenger Passos, Paulo Furiatti, Caíto Quintana, Homero Oguido, Anibal Khury, Hermas Brandão, Nilso Sguarezi, Fiori Luiz, Amélia Hruschka, Márcio Almeida, Tadeu França, Sérgio Spada, Nelson Vasconcellos, José Antônio Fonseca, Tadeu Lúcio Machado, Osvaldo Alencar Furtado e Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

É grande o número de adolescentes que deixam suas famílias nas pequenas cidades de origem, em busca de formação educacional nos grandes centros urbanos. Muitos também, são aqueles que por desprovido total de recursos deixam de dar seqüência aos seus estudos.

Em conseqüência, encontramos um grande número de estudantes, especialmente do segundo grau, longe de suas origens, morando nas grandes concentrações urbanas. E, em função de sua carência financeira, moram em lugares desprovidos das mínimas condições para os estudos. Até pelo contrário, estimulam certas anomalias na formação cultural e educacional.

Acreditamos que a alternativa decisiva para a superação de tais problemas se encontra no estímulo à criação de Casas de Estudantes, fornecendo o Estado às existentes assistência técnica e financeira. Isso porque não há, hoje, um programa nacional ou estadual que dê resposta a essa questão. O Estado possui poucos recursos disponíveis para tal fim, enquanto o MEC se apresenta com total omissão nesse sentido.

Faz-se portanto, imprescindível a atualização de nossa Constituição à nova realidade social e educacional, que se nos apresenta. Essa adaptação visa criar uma obrigação constitucional do Estado com a população desprivilegiada, assim correspondendo ao seu fim maior: a promoção do bem comum.

É essa, senhores deputados, nossa justificativa para o projeto de emenda apresentado, para cuja aprovação contamos com vosso apoio.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n.^o 147/83.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação da Emenda Substitutiva, da Comissão de

Finanças, apresentada ao Projeto de Lei n.^o 201/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.^o 187/83, constante da Ordem do Dia de hoje

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.^o 201/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirada a Emenda número 1 de sua autoria, com referência ao Projeto de Lei n.^o 178/83.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a convocação do dr. Milton de Lucca, para prestar depoimento no plenário deste Poder sobre as atividades que exerceu no Detran, contribuindo assim, para a eliminação dos problemas que determinaram seu afastamento daquele órgão.

Requeiro ainda, que pela urgência da matéria, o depoimento de que trata o presente requerimento, seja marcado para a sessão plenária do próximo dia 29, sem prejuízo da votação da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA: Feita em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento de JOSÉ BUENO FILHO, ocorrido no último dia 6 de novembro de 1983, em São João do Ivaí.

O extinto era professor em São João do Ivaí, sendo pessoa com grande círculo de amizade e merecedora de grande estima e consideração. Deixa viúva a sra. Mariel Emerenciano Bueno e três filhos menores.

Outrossim, solicitamos que seja dado ciência da decisão deste plenário, à família do extinto.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o plenário, a inserção na ata dos trabalhos desta sessão, de um voto de congratulações em favor da Diretoria da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária pelo seu empenho na promoção do vito-

rioso III Congresso Brasileiro de Suinocultura, realizado em nossa capital.

Requer ainda, inserção na ata dos trabalhos desta sessão, das conclusões do referido congresso e que se dê ciência à SPMV da manifestação desta Casa.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária trouxe a Curitiba, suinocultores técnicos professores e autoridades de todo o País para discutir a situação da suinocultura. Foram mais de 650 participantes, orientando a política desse setor.

Em vista da suinocultura paranaense, é motivo de importância, pois, temos uma das maiores produções do País. Por outro lado, o Congresso foi vitorioso em todos os sentidos, o que justifica nosso aplauso.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviada manifestação ao Congresso Nacional, de solidariedade do Legislativo do Paraná aos Congressistas que definiram a aprovação da mini-Reforma Tributária, não obstante as pressões indevidas e ilegais do sr. ministro-chefe da Secretaria do Planejamento, pelas justificativas abaixo.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Reforma Tributária de Emergência, ontem aprovada pelo Congresso Nacional, representa muito pouco em relação às necessidades dos Estados e municípios. Significa quase que "uma gota de água para quem está morrendo de sede".

Esse resultado modesto foi obtido, não obstante contra as imensas pressões desencadeadas pelo senhor ministro-chefe da Secretaria do Planejamento, que conforme a imprensa divulgou em 23 de novembro corrente, "ameaçou" o Congresso que se fosse aprovada a reforma tributária, sua excelência desencadearia imediatamente um aumento de 30 por cento no preço dos combustíveis, além de novo pacote tributário.

Essa posição do senhor ministro Delfim Netto, inclusive, pode ser capitulada como "cime de responsabilidade" previsto na Constituição Federal, por "atentar contra o livre exercício do Poder Legislativo" da União e representa mais uma desfaçatez de sua excelência, que ainda não se convenceu de que o Brasil não é uma autocracia e que será uma democracia respeitada e respeitável. Neste sentido é bem claro o art. 42, inciso I, da Carta Magna Federal.

Por isso mesmo, embora os modestos resultados obtidos, a minireforma, ontem aprovada, representa mais um largo passo no sentido da vitória dos interesses nacionais contra o castelo da tecnocracia que se abriga no Palácio do Planalto, em Brasília.

Por fim, destaque-se que devemos continuar a luta contra a concentração tributária em poder da União, para promover em futuro próximo a verdadeira reforma tributária, que sem aumentar impostos, dê condições efetivas de autonomia aos Estados e municípios. A União que adote medidas de eficiência, reduza suas despesas e seja prudente na sua gestão financeira, sem onerar mais o contribuinte e sem sonegar aos demais entes federativos o seu direito à existência constitucional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a excelentíssima senhora diretora superintendente da Fundepar -

Fundação Educacional do Paraná, através da excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, objetivando a realização de estudos visando a liberação de recursos de ordem financeira para a aquisição de um congelador para a Escola Estadual Santos Dumont-Ensino de primeiro grau, localizada na municipalidade de Campina da Lagoa.

De iniciativa da APM - Associação de Pais e Mestres, através do excelentíssimo senhor presidente George Welek, tal reivindicação tem a finalidade de conservar produtos alimentícios para a merenda escolar, tendo em vista que aquele estabelecimento educacional mantém em suas instalações uma horta e um aviário.

É sabido que no que diz respeito à alimentação que as crianças como as da escola citada, não poderão atingir bons rendimentos no aprendizado, se não estiverem nutridos.

Portanto, há real necessidade de se incentivar e até mesmo coordenar a criação de horas escolares, por exemplo, servindo como imprescindível auxílio à uma melhor alimentação, valendo destacar o exemplo que é dado pela Escola Estadual Santos Dumont.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao excelentíssimo senhor secretário dos Transportes, solicitando que o mesmo estadualize a estrada que liga Araruna - Rio Ligeiro, no sentido de Cianorte, num trecho aproximadamente de 45 km.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A estrada em tela atende uma vasta região produtora localizada entre os municípios de Cianorte e Araruna, e com os fenômenos constantes de precipitação pluviométrica a mesma fica praticamente intransitável, não tendo os municípios condições de recuperá-la.

Daí, a solicitação para que o DER do Paraná assuma a sua conservação, para que nosso Estado e os municípios interessados não sofram economicamente devido à situação da mesma.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira para a realização de reformas gerais nas instalações da 16a. SubDivisão Policial, localizada na municipalidade de Campo Mourão

Encontram-se atualmente, bastante deficientes as instalações daquele Organismo Policial, que há muito tempo tem sido alvo de diversas reclamações dos habitantes, tendo em vista que as falhas existem e, inegavelmente, refletem na Segurança, de um modo em geral, naquela coletividade.

É necessário que se realize estudos o mais urgente possível, a fim de possibilitar a concretização de tais obras de reformulação do prédio onde estão abrigadas as instalações daquele Organismo, contida nas metas dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, no que diz respeito à reestruturação do aparato policial no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando as devidas providências daquele Órgão, no sentido de ser construída a ligação asfáltica na estrada que liga Jataizinho a Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem por finalidade atender a laboriosa população daquela região agrícola de nosso Estado, que tem contribuído muito com o seu trabalho para o desenvolvimento econômico, merecendo assim, as melhores atenções do Poder Público bem como reduzirá em aproximadamente 30 km a distância do município de Rancho Alegre a Londrina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor governador, objetivando a realização de estudos devidos no sentido de possibilitar a regionalização de todos os Órgãos de atendimento público para a microrregião 12 a serem localizados na Cidade-Pólo, Campo Mourão.

As atividades econômicas do Estado do Paraná, em que pese as adversidades existentes de diversas ordens, sempre fizeram com que viabilizassem o crescimento considerável, posicionando o Paraná como um dos Estados da Federação de melhor estágio desenvolvimentista.

Em especial, na última década, notadamente no campo agrícola e pecuário, resultantes dos esforços de todos os paranaenses dos diversos municípios, que compreendem este vasto Estado.

Dentre estas localidades, Campo Mourão indiscutivelmente é uma das regiões que mais tem contribuído para o fortalecimento da economia em termos gerais, obtendo constantemente os melhores índices de produtividade, em face de que a agropecuária é o sustentáculo maior.

Neste sentido, para em condições mais amplas, se poder orientar aquele novo ciclo de progresso, aquela região necessita urgentemente de que os órgãos públicos do Estado sejam todos regionalizados, a fim de dinamizar de forma mais segura e precisa no que tange à sua competência e objetivos.

Ademais, esta reivindicação é antiga aspiração daquela comunidade, através dos diversos setores, que acreditam na perspectiva de serem adotadas novas diretrizes, voltadas fundamentalmente para a realidade conjuntural daquela região.

Pelas razões ora discorridas, espera-se por parte do excelentíssimo senhor governador, um posicionamento que venha de encontro com tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor Capitão doutor WAL-

DEMAR KRETSCMER da assessoria da defesa civil, solicitando que nos seja enviado, relatório dos municípios que receberão auxílio financeiro para compra de alimentos e remédios, que seriam destinados aos carentes dos municípios da microrregião do Vale do Ivaí.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor governador do Estado, objetivando a criação e instalação de um escritório do Servidor Público, na municipalidade de Campo Mourão.

A descentalização de decisões, criando canais de participação democrática, aliada à interiorização dos benefícios, tornando-os mais próximos das comunidades paranaenses, são metas do governo estadual, que motivam a implantação de uma Unidade Regional do Servidor em Campo Mourão, dado o porte sócio-econômico, não apenas daquela cidade, mas de toda a microrregião-12, compreendendo mais dezenove municípios.

Nesta nova fase de administração a nível de governo estadual muitos são os estudos que já se concretizaram em benefícios aos paranaenses, assim como outras que estão em suas apreciações mais profundas.

Tais realizações são também acentuadas no que tange à melhoria das condições de trabalho e poder aquisitivo do funcionalismo público estadual.

Tendo em vista esta conjuntura, a fim de possibilitar ainda mais benefícios, estará a Unidade Regional de atendimento ao Servidor, condicionada a prestar qualquer tipo de atendimento ao funcionalismo, lotado no interior, possibilitando serviços diversos naquela região, devendo para tal, ser dotado de toda uma estrutura.

Pelas razões discorridas, espera-se por parte do governo, a realização de estudos devidos, visando atender o proposto, o que por certo, fará com que se eliminem, transtornos, tais como a demora de informações solicitadas, as viagens onerosas à Capital do Estado a fim de encaminhar ou obter documentações.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira para a aquisição de um conjunto de implementos de tração animal para o Colégio Agrícola, localizado no município de Campo Mourão.

O Colégio Agrícola de Campo Mourão é uma instituição educacional com o propósito de capacitar profissionais de nível médio, cuja primeira turma de técnicos em agropecuária formou-se em 1979, tendo em vista que as atividades daquele estabelecimento foram iniciadas em 1976, ocupando primeiramente parte das instalações da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão — FACILCAM. De lá para cá, praticamente

toda a estrutura existente do Colégio Agrícola, é sem dúvida alguma, o resultado dos esforços da comunidade em geral, ou através dos setores organizados, tais como as entidades sindicais e de assistência, empresas de iniciativa pública ou privada, associações e cooperativas, o que possibilitam ainda hoje, a manutenção dos mais de quarenta alqueires de área que funcionam nos moldes de escola-fazenda.

Ao longo de sua existência, o Colégio Agrícola sempre destacou-se como uma das melhores escolas desse setor profissionalizante, dentre as existentes no Estado do Paraná, valendo destacar que é o único de caráter particular, não recebendo, no entanto, praticamente nenhum respaldo financeiro do governo estadual anterior, bem como no âmbito federal.

Portanto, o envio, por parte dessa Secretaria de Estado da Agricultura de um conjunto de implementos de tração animal para o Colégio Agrícola, a fim de que o mesmo possa continuar mais do que nunca, a ser sinônimo positivista da formação de técnicos em agropecuária, especialmente os da região de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, a passagem da Data Nacional da República do Líbano, transcorrida aos 22 (vinte e dois) do corrente mês.

Justifica-se, plenamente, tal requerimento, pois em se tratando de país irmão, cujos filhos já de longa data emigraram e emigram para o Brasil, constituindo aqui uma coletividade que tanto vem contribuindo, nos mais diversos setores, para o desenvolvimento de nosso País, tanto pelos emigrantes libaneses, como por seus descendentes, já brasileiros natos, tendo aqueles tomado nossa terra como sua segunda Pátria, muitos até optando pela nacionalidade brasileira.

Mais ainda, porque no caso específico da República Libanesa, País que, apesar de ter conseguido a sua independência, vem - há vários anos - enfrentando uma situação de guerra civil das mais cruéis, comovendo todos os povos, amantes da paz, como é o caso do Brasil.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa dê-se ciência à Federação das entidades Árabes-Brasileiras do Paraná-Fearab PR, através de sua presidência (Rua XV de novembro, 266 - 5º - 53 - Curitiba) bem como à Embaixada da República do Líbano, creditada no Distrito Federal, por ofícios.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) FUAD NACLI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 232/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a implantar nas escolas públicas dos municípios de Agudos do Sul, Balsa Nova, Contenda, Piên e Quatro Barras, curso de segundo grau.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Os alunos que conseguem suplantar a primeira fase, ficam impossibilitados de prosseguirem seus estudos, dada à inexistência de cursos de segundo grau, nos municípios acima relacionados.

Tal fato, vem preocupando os pais, assim como as lideranças políticas e sociais, pois, a evasão tem sido muito grande. Apenas uma pequena parcela tem tido oportunidade de frequentar escolas em outras cidades que oferecem maiores recursos didáticos.

No estágio de desenvolvimento do Estado, não mais se justifica que municípios em franco desenvolvimento fiquem privados de cursos de segundo grau.

Daí porque, achamos por bem apresentar este projeto de lei, que vem de encontro aos reclamos daquelas comunidades.

Sua aprovação, sem dúvida alguma, beneficiará notadamente os alunos mais carentes, proporcionando a eles, por conseguinte, igualdade de condições com os demais, tendo como meta o aprimoramento cultural e moral de todos, indistintamente.

PROJETO DE LEI Nº 233/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, sem prejuízo financeiro e funcional, fica dispensado das atividades próprias de seu cargo de funcionário público.

Parágrafo único — A carga horária a que o mesmo esteja obrigado a cumprir no serviço público estadual deverá ser aplicada, exclusivamente, em proveito da Entidade acima mencionada.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O presidente da referida entidade, cumprindo missão de mais alta relevância em nosso Estado, e tendo à frente um trabalho árduo a ser desenvolvido, não pode ficar adstrito apenas em resolvê-los em suas repartições na Capital.

Para poder gerir uma boa administração deve levar a todo o Estado, os propósitos da referida entidade, o qual discutirá com os representantes do interior para uma boa política de distribuição de trabalho, o qual fica difícil desenvolvê-lo apenas nos finais de semana, fato que vem trazendo grande reclamo dos associados desta entidade.

PROJETO DE LEI Nº 234/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica denominada "JOSÉ GOMES DO AMARAL", a Escola de primeiro grau do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, localizada no município de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

Apoiamento:

Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Fiori Luiz, Osvaldo Alencar Furtado e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

José Gomes do Amaral, recentemente falecido, foi um dos batalhadores não só no campo da Educação, como dos demais setores sócio-econômicos, na cidade de Ponta Grossa, conforme atesta o "currículum vitae", apresentado.

Justo, portanto, que o Poder Público preste esta homenagem para que esse exemplo siga marcando as novas gerações, atualmente tão carentes de modelos a serem imitados.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que temos certeza receberá o apoio e a aprovação dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Edmar Luiz Costa.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Senhor presidente, senhores deputados.

No burburinho mesclado com as preocupações decorrentes da época em que vivemos, talvez a minha voz possa parecer dissonante quando lembro que hoje é o significativo Dia Nacional de Ação de Graças.

A este pré-julgamento se pode chegar diante do fato de tributar à maioria dos seres humanos grande importância a assuntos temporais em detrimento aos espirituais.

Por isso, nem sempre está disposto a ouvir falar em Deus e de seus cuidados pois eles se julgam autosuficientes.

Houve um governante do passado que porém, não pensava assim. Escreveu em páginas memoráveis da história universal em salmos, as suas impressões quanto à necessidade de recorrer à sabedoria divina para encontrar as melhores soluções aos problemas individuais e coletivos.

Refiro-me ao notável Rei Davi que, com maestria, redigiu os salmos 100 e 103 da Bíblia, convites que têm inspirado incontável número de pessoas no decorrer dos séculos:

"Celebrai com júbilo ao Senhor, Louvai-O e bendizei o Seu nome. Porque Ele é bom e eterna a Sua misericórdia e a Sua verdade estende-se de geração a geração.

Bendize, ó minha alma ao Senhor e não te esqueças de nenhum de Seus benefícios.

Em outro salmo, o de n.º 138, relata, agradecido o Estadista:

"No dia em que eu clamei, Me escutaste, atentasta-me, fortalecendo a minha alma".

Certamente aquele que no presente se dirige a Deus para agradecer-lhe pelas graças recebidas, também encontra inspiração e força para enfrentar, vitoriosamente as turbulências da vida.

Neste Dia Nacional de Ação de Graças, portanto, elevemos o nosso pensamento ao Todo Poderoso e permitamos que a Sua amorável e benfazeja presença se verifique em nossos corações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Sua excelência o senhor presidente da República ao declarar em sua recente visita à África, sua predileção pela eleição direta para a escolha do seu sucessor, desencadeou um processo, a meu juízo, difícil de ser retrocedido, sob pena de cair sua excelência em descrédito perante a opinião pública.

É sabida a tradição nacional das eleições diretas em todos os níveis, desde que a República foi instituída em nosso País. Basta verificarmos o passado para constatarmos que em 94 anos de República, 20 presidentes foram eleitos pela via direta. Desnecessária, inclusive, a realização de uma consulta ao povo sobre a forma a ser adotada, pois de antemão sabemos todos qual seria o resultado.

Reconhecida, pois, a consonância praticamente total sobre a forma das eleições, e a fim de que sejam dirimidas de uma vez por todas as possíveis dúvidas que possam existir quanto à aceitação do pleito direto pelo PDS, acredito que deva ser convocado, o mais rápido possível, o Diretório Nacional do Partido para que se pronuncie sobre a matéria. Recomendação, aliás, já constante da Carta de Curitiba, redigida quando da realização do I Encontro Nacional de Lideranças Pedestristas de Oposição, em nossa Capital.

O que não pode e não deve continuar ocorrendo, de forma alguma, é essa transferência total de responsabilidade do problema sucessório para o PDS.

Subitamente, como num passe de mágica, nosso partido é detentor do poder supremo de decidir por que vias se fará a sucessão presidencial. Outorgam-nos, Poder Executivo e Partidos de Oposição, a capacidade de vetar a concretização da aspiração nacional, alegando que nosso Partido não abrirá mão do direito que possui de eleger o próximo presidente. Direito, aliás, é bom que se diga em nome da verdade, legítimo dentro da atual estrutura idealizada pelo Executivo, porque nascido do voto popular quando nas últimas eleições o eleitor, dando maioria ao PDS no Colégio Eleitoral, estava delegando aos seus representantes a forma da futura sucessão. De qualquer maneira, a grande maioria dos membros do Partido não está a se furtar à disputa nas urnas, mesmo porque, seus representantes ocupam suas cadeiras, quer no Congresso, quer nas Assembléias, Câmaras e no Poder Executivo, através de seus governadores, através do voto popular.

Contudo, é de se indagar por que o senhor presidente da República, detentor ele sim de poderes suficientes, concedidos por essa Constituição outorgada, e já declaradamente a favor da eleição direta, não encaminha ao Congresso Nacional mensagem propondo uma Emenda à Constituição, estabelecendo o pleito por essa via?

Estaria sua excelência demonstrando a veracidade de seus anseios e não deixando passar a grande oportunidade de entrar para a História como aquele que resgatou a Nação ao completar assim o ciclo do retorno do País à plena democracia. Cabe-lhe iniciar a obra, a qual sempre mereceu o apoio e aplauso de todos, cabe-lhe pois, a primazia de completá-la.

Somente após adotar tal atitude, e se vencido no Congresso Nacional, poderia sua excelência afirmar que seu partido o impediu de realizar o que sua convicção mandava. Prematura foi sua afirmativa. Faço votos que sua decisão em enviar a mensagem ao Congresso não seja pós-matura.

Que sejam repartidas igualmente as responsabilidades e estou certo de que o Partido Democrático Social será movido em sua decisão pelos altos interesses da República, e não pela ânsia do poder, como insinuam alguns."

Era o que tinha a dizer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA . Senhor presidente, senhores deputados.

Anteontem, a edição de "O Estado do Paraná" divulgou uma nota sobre um trabalho que estamos iniciando para que tivéssemos duplicada a estrada das praias, trecho da BR 277, até Praia de Leste, Matinhos etc.

O impacto que causou foi o melhor possível.

Recebemos mais de uma centena de telefonemas e animados com esta perspectiva e mesmo porque eu gostaria que os senhores deputados analisassem a importância dessa obra se viesse a ser realizada, um grande número de paranaenses que residem no interior do Estado, no Oeste, no Sudoeste, no Norte, têm as suas propriedades nas praias de Santa Catarina, é óbvio que o risco que esses turistas enfrentam na perigosíssima estrada que dá acesso aos balneários de Camboriú, etc., o risco é enorme e expõe diariamente os turistas que transitam nesta estrada e suas vidas correm perigo.

Muitos deles estão transferindo as suas propriedades balneárias para as nossas praias, para o nosso litoral. Portanto, essa mudança seria intensificada se nós tivéssemos a duplicação da Estrada das praias.

Imaginem os senhores deputados se nós pudéssemos sair daqui numa pista dupla, de Curitiba e atingíssemos os balneários com a segurança que transitamos na BR 277, se isso pudesse ser feito, tenho certeza, que 50 por cento dos proprietários paranaenses nas praias de Santa Catarina, mudariam as suas residências para as nossas praias e com isso nós estaríamos incrementando o turismo.

Por isso eu reputo da mais alta importância se o governo do Estado pudesse incluir nos próximos dois anos esta estrada como prioritária.

O tráfego pela estrada das praias não se congestionava apenas na época de temporada; nos fins de semana, eu que sou um litorâneo de primeira linha e freqüentemente estou dirigindo-me às praias de nosso Estado, posso afirmar aos senhores deputados e ao senhor presidente que o congestionamento nas estradas das praias ocorre em todos os fins de semana, notadamente naqueles em que o sol nos favorece.

Portanto, eu gostaria que esta Casa abraçasse esta minha idéia como se fosse dela, como se fosse do Poder Legislativo, para que nós indistintamente pudéssemos clamar por essa obra, tão importante para o nosso Estado e que, por certo, seria uma redenção para todos os turistas que querem, no início do ano, em toda temporada de praia, poder iniciar-se como nos fins de semana, poder dirigir seu carro com tranqüilidade e segurança. Eu faço um apelo para que nós possamos contar, nós deputados do PDS, com a bancada do PMDB que fala mais alto junto ao senhor governador, que fala com mais veemência junto ao senhor secretário dos Transportes e o diretor geral do DER para que os senhores deputados do PMDB somem-se conosco nessa idéia que eu acho que é paranista, para que possamos quebrar aquele tabu do paranaense ter sua praia, sua casa, nas praias de Santa Catarina, se bem que eu não faço a menor reserva, não tenho nada contra as praias catarinenses. Só que nós somos paranaenses e haveremos de querer que nossas praias evoluam e progridam como o povo do nosso Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor presidente, senhores deputados.

"Nicarágua está a ponto de ser invadida pelos Estados Unidos.

Ainda permanece viva em nossa memória, a recente invasão de Granada. Acusada de representar uma grave ameaça para a paz e a democracia da região, esta pequena ilha do Caribe, com pouco mais de cem mil habitantes e um exército de oitocentos homens, desarmados e despreparados, foi violentamente agredida e massacrada por aquela que é considerada a maior Nação do mundo.

Tamanho despropósito é consequência da paranóia do senhor Ronald Reagan, que, histérico e desesperado ante o crescente isolamento dos Estados Unidos no conjunto das Nações, vêm imprimindo um caráter cada vez mais virulento e belicoso à sua política. Na verdade, tal política se liga umbilicalmente à profunda crise em que se encontra o imperialismo norte-americano, à completa falência da atual ordem econômica internacional e a injustificada disposição do "Coubey" Reagan de mantê-la a qualquer preço, custe o que custar, ainda regando sangue de povos-irmãos como é da América Central. Senão, como explicar a desenfreada corrida armamentista; a instalação dos mísseis Cruise e Pershing II, na Europa; a demência dos estrategistas do Pentágono, que insistem em avaliar a possibilidade de uma guerra nuclear localizada; a teimosia e a negativa de estabelecer uma ampla negociação pelo desarmamento mundial.

Como entender, então, os arroubos de valentia que levam às provocações contra a luta de libertação nacional dos povos da América Central: o cerco naval contra a Nicarágua, o financiamento das ações de desestabilização do governo legitimamente estabelecido naquela Nação livre e democrática; a sustentação de regimes fascistas em El Salvador, Honduras, Guatemala, entre outros; a resistência em estabelecer uma convivência e coexistência pacífica com os países da América Central.

Nós brasileiros, sentimos de perto a loucura e violência deste belicismo, a violência da falência e do desmoronamento desta atual ordem econômica vigente no mundo. A violência da crescente espoliação dos povos do Terceiro Mundo; da invasão de nossas fronteiras econômicas, com as imposições do FMI, que agridem nossa soberania e nossa dignidade nacional e nos empurra para o abismo da recessão, do desemprego, do sucateamento de nossas riquezas, com mais fome, miséria e destruição.

Só mesmo a teimosia, a resistência a não promover as necessárias mudanças na atual situação de crescente desigualdade entre as Nações, que aprofunda o fosso entre pobres e ricos.

Só mesmo a disposição do imperialismo norte-americano, de não abrir mão de seus privilégios de não enterrar definitivamente a já caduca e completamente falida ordem econômica vigente. Só isto, pode explicar a loucura, os disparates e a insanidade que assola o governo norte-americano, a administração Reagan.

Acompanhamos, diariamente, pelos jornais, a possibilidade eminente de uma invasão da Nicarágua. Sem dúvida, se tal aventura belicosa se concretizar, só elevará a níveis insuportáveis a tensão na América Central, que poderá se transformar em um novo Vietnã. A disposição do bravo povo nicaraguense é de não aceitar as constantes provocações e, se for agredido, resistir firmemente na defesa de suas fronteiras, de sua soberania e de sua Pátria. se, insistir em tal rumo, não temos dúvida,

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos). Concedo a palavra ao

de que o imperialismo norte-americano sofrerá outra fragorosa derrota, como foi a do Sudoeste da Ásia.

Mas, não temos dúvida, também, de que prevalecerá e será vitorioso o crescente e impressionante movimento pacifista na Europa e nos Estados Unidos. Prevalecerá a firme decisão dos povos do Terceiro Mundo em conquistar a independência e libertação de suas Nações. Esta é a vontade dos povos do mundo de toda a humanidade, que não se vergará ante a decrepitude e a insanidade do senhor Reagan e do pequeno círculo de reacionários que o cerca".

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao senhor deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor presidente, senhores deputados.

O Paraná está tomando conhecimento do pedido de exoneração do sub-diretor do Detran, promotor de justiça, Milton de Lucca, que hoje, numa entrevista concedida ao jornalista e vereador Algacy Túlio, através da Rádio Independência de Curitiba, fez uma série de afirmações que devem ser muito bem pesadas pelos responsáveis pelo governo paranaense e que não podem passar ao largo das observações dos senhores deputados estaduais.

Disse por exemplo, o doutor Milton de Lucca, que sua saída da sub-direção do Detran, se deve basicamente à influência política exercida naquele órgão e recebeu, segundo ele, recados de políticos do PMDB de que lhe faltava o suficiente "jogo de cintura" para dirigir o Detran do Paraná.

Como atendendo que a Assembléia Legislativa em outras ocasiões se preocupou com a corrupção no Detran, inclusive instalando uma CPI para apuração de corrupção neste órgão, na legislatura passada. E agora, analisando a corrupção no Detran, na atual Comissão Parlamentar de Inquérito, que funciona nesta Casa, acredito que nós não podemos deixar de tomar conhecimento das acusações feitas hoje claramente pelo doutor Milton de Lucca, que até prova em contrário é um homem extremamente sério, que merece a confiança da opinião pública do Paraná e que provou com a sua atitude, que coloca a sua dignidade pessoal acima do interesse subalterno de se apegar a um cargo público.

Se o PMDB está interessado em investigar a corrupção de governos anteriores, deve se preocupar fundamentalmente em prevenir e, se possível, combater a corrupção no seu governo.

Por esta razão, estamos encaminhando à Mesa, requerimento, através do qual solicitamos a convocação do doutor Milton de Lucca para prestar depoimento no plenário da Assembléia Legislativa, sobre as razões que determinaram o seu afastamento espontâneo da sub-direção do Detran, um órgão que já experimentou uma crise no atual governo, que suscitou inclusive, a saída do senhor Mário Stamm, e que estranhamente hoje é dirigido por um cidadão que acumula a função de diretor superintendente da Emopar com a função de diretor geral do Departamento de Trânsito do Paraná.

Quer saber a opinião pública deste Estado, porque quando saiu Mário Stamm não assumiu o cargo o sub-diretor Milton de Lucca, não só pelas suas qualidades pessoais, mas também, pelas suas qualidades profissionais. Como da mesma forma interessa a este poder saber porque existe a intenção de transformar o Detran de departamento em autarquia, gerando um desenfreado empreguismo, aliás, também, denunciado hoje pelo promotor de justiça, senhor Milton de Lucca.

Por estas razões, e por que o Detran incide diretamente sobre a segurança dos paranaenses e sobre a segurança dos brasileiros que convivem com motoristas habilitados pelo Detran do Paraná, em outros municípios do Brasil, é que nós julgamos oportuna a sua convocação, até porque, para poder esta

Assembléia contribuir para a eliminação das dificuldades que geram esta denúncia, com grande dignidade, do doutor Milton de Lucca.

Obrigado, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao último orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a esta tribuna, como presidente da Comissão de Saúde, para registrar, nesta Casa, um documento elaborado e aprovado no final da reunião do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, realizada em Natal, nos dias 10 e 21 de outubro, documento este que leva o nome (Lê) "Carta de Natal".

"Saúde, é a expressão mais elevada da qualidade de vida de um povo e como tal decorre da ação imperativa de todos os setores de atividade da comunidade.

No Brasil, infelizmente desajustes e erros acumulados no curso do tempo nunca permitiram que grande parcela de nossa população sequer lograssse atendimento as suas necessidades básicas de alimentação, de educação, habitação, etc...

Paralelamente, obras de saneamento apenas beneficiavam pequena parcela urbana, sendo, portanto, precárias nossas condições sanitárias. Ainda lutamos contra as chamadas doenças da pobreza, embora já convivamos também, com a morbidade da afluência, ou seja, doença do desenvolvimento. Nas últimas décadas o acelerado e ilusório crescimento econômico se fez desordenadamente, acentuando as desigualdades regionais e individuais. Fez-se à custa de uma dívida acumulada e resgatável interna, externa, e sobretudo social.

Esta última, nem conseguimos quantificar, pois, além dos números, ela se expressa num imponderável de milhões de carentes e abandonados, analfabetos, favelados, desempregados e sub-remunerados. Apanhados agora nas malhas de uma crise econômica que se caracteriza pelo pior que pode acontecer a um povo: a estagflação, ou seja, inflação com recessão. As cifras anteriores vão se somando a novas legiões de indivíduos numa escalada descendente dos padrões de qualidade de vida.

Como responsáveis pelas atividades do setor de saúde, não podemos nos conformar nem como da posição de apenas de combater efeitos e continuar alimentando causas.

Diante dessas considerações propomos:

1.º — modificação orientação recessiva no plano econômico devido as suas conseqüências negativas no setor de saúde, inclusive, através da reorientação dos investimentos públicos que devem priorizar o setor social: educação, alimentação, saúde, até mesmo como meio de dinamizar a economia;

2.º — reaquecimento da economia visando a modificação do perfil de distribuição de renda e riquezas nacionais e a adoção de uma política salarial que garanta condições reais de sobrevivência da população;

3.º — destinação dos recursos do Finsocial com destinação prioritária para as ações de saúde;

4.º — fortalecimento da Central de Medicamentos, visando a implantação de uma política nacional de indústria farmacêutica com vistas a diminuir a dependência de importação de matéria-prima.

Natal, vinte e um de outubro de 1983."

Era isso, senhor presidente, senhores deputados que queríamos registrar, nesta Casa, a "Carta de Natal".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor presidente, nobres

senhores deputados.

Eu lamento a ausência, neste plenário, do nobre deputado Artagão Mattos Leão, mas deve estar na Casa, porque é um deputado trabalhador, cumpridor dos seus deveres, deputado que muito honra a sua bancada, já que é vice-líder do PMDB. Mas, lamento ele não estar presente para que fosse corrigida uma injustiça que sua excelência fez ontem com relação à bancada do PDS, quando se votava o Projeto de Lei que alterava o quadro de funcionários da Casa, e dava outras providências.

E, naquela oportunidade, ele saiu-se com esta pérola, senhor presidente, senhores deputados: é, não adianta o PDS votar hoje a favor porque, em vinte anos, nunca fez nada pelo funcionalismo da Casa. Dois enganos do nobre deputado que eu debito à conta do seu noviciado: primeiro porque o PDS não existe há vinte anos; segundo lugar, porque os funcionários da Casa todos têm uma carreira adquirida. E quem proporcionou essas leis? Foi a maioria de então deputados da extinta ARENA, onde o seu tio, o seu irmão militavam. Lembrou-me bem que uma das maiores conquistas desta Casa foi em 1970, quando era Presidente deste Poder o nobre deputado Francisco Escorsin. Na oportunidade com muita honra, eu liderava o governo de Paulo Pimentel. Foi feita a melhor reestruturação que esta casa conheceu. E foi sob o comando da bancada majoritária de então, Aliança Renovadora Nacional e, diga-se de passagem, com o apoio unânime da diminuta, mas aguerrida bancada do MDB.

Portanto, injustiças desta natureza não podem mais ser cometidas neste plenário, porque é um desrespeito a um outro partido que tem representação tanto quanto da maioria. Cada deputado da minoria aqui representa parcela do povo e tem um papel definido na condução da política paranaense.

Por isto, senhor presidente, senhores deputados, faço esta ressalva e lamento mesmo que o nobre deputado Artagão Mattos Leão tenha cometido esta injustiça à bancada do PDS, que nunca negou e nunca negará apoio às justas reivindicações sejam do funcionário da Casa ou de qualquer setor da administração pública do Paraná.

Ontem, a Arena conseguia as reestruturações necessárias ao bom funcionamento da Casa, as leis que regulavam a vida do funcionário aqui dentro. Ontem, a Arena majoritária. Hoje o PMDB, majoritário, tem o dever de corrigir as injustiças. Para isto, todos os deputados do PMDB estão percebendo os seus vencimentos, da mesma forma que os percebem os deputados do PDS. Não foi nada de mais o que se fez ontem, o que se votou ontem, nesta Casa. (Lê).

"Senhor presidente, nobres senhores deputados, a grande honestidade da administração pública consiste, simplesmente em fazer o que diz e dizer o que faz. São pressupostos desta honestidade, portanto, o cumprimento de promessas e a ampla divulgação dos atos administrativos.

Infelizmente, o governo do senhor José Richa nem está praticando o que apregoa, nem divulga determinados atos que vem adotando, revelando, na medida das suas incongruências entre dizer e fazer, lamentável desonestidade de propósito.

Tão logo de sua posse, pretendendo antecipar justificativas para a desorganização de uma equipe até hoje atabalhoada, sua excelência, o governador José Richa, fez duas afirmações à opinião pública. Na primeira, o governador culpou o alto endividamento do Estado, principalmente oriundo de empréstimos externos, por uma situação administrativa e financeira aflitiva. Todo o povo ouviu, todas as estações de televisão transmitiram, todos os jornais publicaram a fala do governador. Na outra afirmação, disse sua excelência, o governador José Richa, que o descumprimento de suas várias promessas de campanha política, entre elas, melhorias para o funcionalismo público, especialmente para o Magistério e efetivo amparo para os municípios, teria origem no fato de sua gestão estar presa, amarrada neste primeiro ano, ao orçamento apro-

vado na gestão antecedente. Em ambas as afirmativas errou o governador. O grande endividamento não existia. Isto foi aumentando no relatório formulado pelo então governador José Hosken de Novaes, comprovando uma relação moderada entre a dívida do Estado e sua capacidade de saldar compromissos.

Disse também naquela oportunidade, o senhor governador que havia encontrado um déficit de cem milhões de cruzeiros, agora o mês passado afirmou a todo o Paraná que em apenas seis meses havia eliminado o déficit.

Não existia o déficit de cem milhões, diversas e diversas vezes foi reputado a provar, a mostrar, a comprovar o déficit e não o fez.

Hoje é fato notório que o Paraná é um dos Estados de menor endividamento externo da União, relacionada a dívida, com sua capacidade de produção, mas disse sua excelência o governador José Richa, que essa dívida era exagerada e comprometedoras das promessas eleitorais que fizera durante a sua campanha e com a habitual entonação lamentosa, sua excelência, declarou pelas emissoras de rádio e televisão, estar tolhido pela lei orçamentária e por tantas dívidas.

Foi sua excelência que escolheu essa postura chorosa e ao mesmo tempo acusatória aos seus antecessores, seria então, eu pergunto, de se esperar o que? Em primeiro lugar, uma contenção absoluta absolutíssima das dívidas do Estado, que o governador José Richa conceituou como insustentáveis.

Não foi o que aconteceu.

Temos informações seguras, que o Paraná está contraindo vultuosos empréstimos no Exterior e nem todos eles, aí é que está o "x" da questão, e nem todos eles vinculados aos Bancos de fomento, mas sim contratados de bancos particulares, com prazos exíguos e juros altíssimos.

Um desses empréstimos, tem como agente a sucursal das Ilhas Caiman, do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo.

Outro empréstimo, no valor de oito milhões de dólares, é contratado com o First National Bank of Boston. Um terceiro ainda, no valor de 52 milhões de dólares, é contratado com um banco de fomento, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Informa-se também, que vários outros empréstimos externos estão em fase de negociação sigilosa.

A verdade que temos, portanto, é a seguinte, enquanto dizia pela televisão que os governos do PDS endividaram o Paraná, o nobre governador José Richa, já providenciava tomada de grandes empréstimos internacionais. Na surdina, quietinho, choroso de um lado, moitoso de outro, mas incongruente sempre.

Essas atitudes ladinas podem servir ao propósito de não cumprir promessas. Mas, falam muito mal do caráter do governante, que falta com a verdade à opinião pública, que foge dos seus compromisso eleitorais e renega seus próprios slogans de "democracia participativa".

Hoje, se sabe que participam apenas "grupos" da Casa não se sabe como...

Mas, senhor presidente e nobres senhores deputados, esta Assembléia seguramente não participa, o povo aqui representado não participa. Nenhum dos senhores deputados do PMDB veio aqui relatar essas negociações financeiras e internacionais. Ninguém diz porque o Paraná toma dinheiro lá fora e quais os objetivos desses recursos. Menos ainda se fala das condições de acesso desses recursos, em termos de juros, em termos de prazos.

O povo do Paraná, que seguramente irá pagar essas dívidas não foi informado que o governo do PMDB que tanto protesta contra o endividamento brasileiro, também está catando milhões de dólares, lá fora, para agravar mais ainda a já triste situação desse infeliz País penhorado.

Na sua outra faceta disse o governador José Richa durante

o ano inteiro que sua administração estava manietada de cumprir promessas porque tinha que se bitolar pelo orçamento aprovado na gestão anterior, ora, senhor presidente, nós vimos como acabou de ser aprovado no novo orçamento do Estado para o exercício de 84, pela imposição da maioria do PMDB, sem possibilidades de Emendas no mais genuíno sistema ditatorial. contra o qual o PMDB tantas vezes protestava.

Sabemos nós todos, mas talvez não tenha ciência a opinião pública que o orçamento pode ser adotado, suplementado, modificado em todo o decorrer do exercício

Para o governador José Richa seria tão fácil moldar o orçamento de 83 à sua vontade, usando a Ditadura de Partido como fez agora, como fez com o de 84, não o fez; todavia, é fácil de entender porque, se ele tivesse feito de que forma justificaria este ano de marasmo administrativo?

Como desculparia as falhas de sua despreparada equipe, com a inexistência de projetos, com o descumprimento de promessas feitas ao funcionalismo, ao magistério e principalmente, aos Prefeitos do Interior?

O espírito ladino, senhor presidente, senhores deputados, não é o que calha para quem se arvora líder dos paranaenses.

A opinião pública deve conhecer os fatos todos, todos os fatos".

Por isso, senhor presidente e nobres senhores deputados, faço deste pronunciamento, justificativa para um pedido de informações, lavrada nos seguintes termos: (Lê).

"O deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado pedido de informações ao excelentíssimo senhor governador do Estado, com os seguintes quesitos:

a) sejam fornecidas cópias de todos os contratos já lavrados, entre o Estado, empresas públicas, autarquias ou fundações com instituições financeiras brasileiras ou internacionais, e que representem aumento da dívida da administração direta ou indireta do Estado.

b) sejam fornecidas cópias de propostas ou cartas de intenção, referentes à créditos solicitados, mas ainda não contratados.

c) Sejam historiados os objetivos de cada um desses empréstimos, relatando o executivo para quais financiamentos destinar-se-ão as parcelas, cujo fornecimento é pleiteado"

Acreditamos, senhor presidente, nobres senhores deputados, que somente a leitura do inteiro teor desses contratos permitirá uma análise das condições de juros e prazos que estão sendo firmados por este governo do Estado e que serão cobrados de todo o nosso povo.

Eu não faço uma acusação generalizada; estou mostrando dois empréstimos contratados com bancos particulares a prazos curtíssimos e a juros altíssimos.

Eu espero apoio a este Pedido de Informações, da digníssima bancada do PMDB que, aliás, tem sido corretíssima no encaminhamento de questões dessa natureza, não vi ainda, a bancada da maioria negar provimento à nenhum Pedido de Informações.

Isso, realmente, é um fato que é muito caro para todos nós, porque diz muito bem do propósito dos senhores deputados do PMDB: a clarear perfeitamente os atos da administração pública.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Com a palavra o senhor deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor presidente, senhores deputados.

Venho à tribuna para trazer ao conhecimento desta Casa, mais uma irregularidade que acabamos de contar.

Lembro-me bem do nosso encontro ontem, meu caro deputado Losso, meu prezado Odeni, quando nós víamos o Salmo de Davi, contra a nossa vontade, mas devido à obrigação da função que desempenhamos, não poderíamos recusar de trazer ao conhecimento da Casa, mesmo sabendo que trará prejuízo à pessoa que vamos denunciar, mas não poderíamos deixar passar impune essa irregularidade. (Lê):

"É lamentável que um município que estava em franco desenvolvimento, começa a sentir a estagnação pela administração que vem tendo; pensando o prefeito só em responsabilizar a administração anterior por dívidas do município, como se o município tivesse ultrapassado a capacidade de endividamento.

Uma administração prepotente que só pensa na perseguição, reinando o caciquismo. Infelizmente, trata-se do município de Barbosa Ferraz.

Há poucos dias, o prefeito prometeu doar um terreno à Copasa, mas tinha como condição sua, tirar o gerente, sr. Deodete Santos Pires, que lá estava; este então foi transferido para União da Vitória e de lá chapado pelo presidente em exercício, sr. Cide Andrade de Carvalho, recebendo a seguinte comunicação: "Você esteve ao lado do PDS e aqui na Copasa não admitimos pessoal do PDS. Você está dispensado". Deodete era funcionário há mais de dez anos na Copasa.

O governo participativo e democrático demonstra com isto, o mesmo que impedir o funcionário público de ter uma opinião e votar no candidato que julgar melhor.

Se prevalecer esta regra, de quatro em quatro anos, serão substituídos todos os funcionários que votaram no candidato não vitorioso, intranquilizando a todos.

Nos postos de saúde, já são normais as demissões, dispensando funcionários burocráticos que têm família e dependem dos vencimentos para sustento de sua família; são dispensados para darem lugar a outros.

Mas, srs. deputados, a prepotência em Barbosa Ferraz, é tanta, que se não bastasse a irregularidade na Ciretran, com o candidato do prefeito, que é presidente do PMDB, e que continua no cargo, este também resolveu indicar um despachante.

Mas para ser despachante há determinadas exigências de acordo com o regulamento do Detran, entre elas, a de que o candidato tenha pelo menos o primeiro grau completo.

O prefeito não quer saber de nada disto, só que teria que dar um jeito. E o jeito foi dado. Quem deu foi o prefeito ou outra pessoa. Não sei. Não cabe a mim averiguar. O que eu sei é que o candidato do prefeito apresentou toda a documentação e é despachante.

Isto chamou a atenção de muita gente. Como nomearam, se o moço não sabe nada, não tem nem o curso ginásial, e não saiu daqui para estudar?

Mas o jeito foi dado, o moço juntou o Certificado de Conclusão do Primeiro Grau, conseguindo este certificado aqui em Curitiba.

Para não dar trabalho à liderança de fazer a defesa e passar pelo ridículo de dizer que a denúncia é infundada, aqui está a cópia do certificado, expedido por um colégio de Curitiba, documento frio.

Há comentários que o preço deste diploma é a troca por trinta carteiras de habilitação de motorista. Não posso confirmar isso, pois são comentários.

Será que o governo vai deixar passar mais isto?

Ainda hoje soube que o chefe da Ciretran, denunciado há poucos dias nesta Casa por corrupção, continua preparando o filho do prefeito para assumir esta função.

Esta denúncia eu recebi do município de Barbosa Ferraz, e trago ao conhecimento da Casa, esperando que o Detran tome conhecimento, averiguando a documentação deste despachante que foi nomeado, sr. José Bispo da Silva. Esperamos que se

ponha um paradeiro, para que não haja tanta irregularidade como nós estamos assistindo".

É só, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Declino, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. presidente, pela ordem, os deputados Orlando Pessuti, Sérgio Spada, Nelson Vasconcellos e Hermas Brandão, por cinco minutos, cada compa-
nheiro.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, por cinco minutos, o sr. deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

"CONCLUSÕES DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE SUINOCULTURA

I — INTRODUÇÃO

A inadequada política econômica praticada pelo Governo Federal, que levou todos os setores produtivos do País à recessão, atinge hoje particularmente o consumo de carnes e diretamente a sua produção.

A produção de suínos neste caso específico, é a mais sacrificada.

Impedida de exportar os excedentes da fome de um País subnutrido, que hoje viabiliza muitos subsetores da nossa agropecuária, a suinocultura hoje, está sendo compelida a participar cada vez menos de uma dieta mínima decente, a qual todo brasileiro deveria ter acesso.

A erosão do poder aquisitivo da população, o desemprego, a escalada dos preços dos alimentos, fazem com que hoje no Brasil, coma-se cada vez menos carnes e, dentre estas, menos carne suína, ainda depreciada por tabus alimentares e "marketing" impróprio de remédios digestivos.

O III Congresso Brasileiro de Suinocultura teve por objetivo primordial sediar um foro de debates sobre os aspectos da produção, industrialização e comercialização de suínos, visando chegar onde propõe seu slogan: "PRODUZIR MAIS, MELHOR E COM MENORES CUSTOS".

Para que este objetivo seja alcançado, o Congresso chegou às seguintes conclusões:

II — POLÍTICA NACIONAL DE SUINOCULTURA

Há necessidade de definição urgente de uma política nacional para a suinocultura, elaborada com a participação de produtores, empresários, técnicos, enfim, todos os segmentos envolvidos na atividade, evitando-se decisões tecnocráticas e que se leve em consideração os fatores a seguir relacionados:

1. O País precisa de uma política de grãos que complete prioritariamente o abastecimento interno de milho e soja e ainda mais, que defina claramente as prioridades humanas e animais para o consumo de milho.

2. O Governo Federal deve definir claramente uma política de estocagem de grãos, levando em consideração estatísticas realistas de produção, que avaliem as possíveis perdas agrícolas, evitando-se exportações antecipadas baseadas em avaliações otimistas de uma supersafra não concluída e que, os estoques governamentais não tenham fins especulativos.

3. Mister se faz desencadear antes do início da próxima colheita uma campanha de armazenagem do milho, a nível de propriedade e/ou comunidade suinícola, e a viabilização deste

objetivo, através do aporte adequado e suficiente de crédito, para que não sejam formados pseudo-excedentes do produto, que determinem uma exportação imprópria do produto.

4. Se faz necessário de uma maneira premente, que se estabeleça como meta, um aumento da produção de milho, preferencialmente, via produtividade, visto que esta é baixíssima em nosso País, melhor utilizando o potencial genético de nossas sementes, a capacidade dos nossos profissionais de produção, a experiência dos produtores, e a tecnologia disponível e não difundida.

5. A orientação do melhoramento animal, é hoje uma questão que merece a mais ampla discussão a respeito, visando a definição, tentar-se-ia, viabilizar a suinocultura através da exportação e, tendenciar todos os esforços neste sentido ou, se a produção de carne suína deve ser direcionada para o mercado interno que talvez necessite de um tipo de animal diferente, fundamentalmente de menor custo.

6. A dependência do material genético suíno importado, deve ser evitada, porquanto a preservação do patrimônio genético nacional, é questão de prioridade absoluta.

As importações de reprodutores, expondo o rebanho nacional à nossa e exóticas doenças, deverão ser amplamente analisadas, vez que o País não necessita disto no momento e sim, de um programa definido de melhoramento animal.

7. As estirpes nacionais de suínos, devem ser estudadas para se determinar as que deverão ser preservadas para serem utilizadas em programas de melhoramento, com a finalidade de aproveitar especialmente suas características de rusticidade.

8. É necessário e urgente que se implemente um Plano Nacional de Sanidade em Suínos, justificado pelos altos custos hoje imputados ao criador, para a convivência com enfermidades.

9. As autoridades sanitárias federais e estaduais precisam ampliar e melhorar a rede de laboratórios de diagnósticos de doenças, uma vez que a deficiência nos diagnósticos têm sido fator impeditivo para que sejam tomadas medidas oportunas, que evitem a proliferação das mesmas.

10. Atenção idêntica deve ser dada ao controle de qualidade e fiscalização de insumos, utilizados na suinocultura.

III. COMERCIALIZAÇÃO

1. A inspeção dos produtos de origem animal é hoje uma questão amplamente discutida, tanto a nível técnico, quanto a nível de produtor, dado à dicotomia existente entre o produto que sai de um frigorífico com SIF e, o que sai de um abatedouro não inspecionado, de péssima qualidade higiênico-sanitária.

O Congresso sugere uma revisão dos critérios da SIF para pequenos abatedouros, visando implantá-la em uma maior número possível de estabelecimentos quer diretamente pelo Ministério da Agricultura, quer através de convênios com os estados e municípios, por entender que as populações que moram em regiões não federalizadas, têm o direito adquirido pelo simples fato de serem brasileiros de consumir um produto de melhor qualidade.

O congresso faz questão de salientar que, absolutamente não quer diminuir o padrão sanitário das carnes, mas o nível de exigências para instalações em pequenos abatedouros, o que viabilizaria o consumo de carnes, a uma maior parcela da população.

2. A tipificação oficial de carcaças deve ser implantada no País, ainda que inicialmente, de forma experimental e não definitiva do sistema, pois há que se dar mais um passo para premiar o produtor que produz melhor qualidade, após ampla discussão e consenso entre produtores, indústria e técnicos do setor.

IV- A QUESTÃO DA TECNOLOGIA - SUA GERAÇÃO E DIFUSÃO

O Congresso entende que a interação Pesquisa x Extensão x Produtor, para a geração e difusão de tecnologia é deficiente e, para melhorar, recomenda-se que:

1. Devem ser estimulados programas de pesquisa que atendam às necessidades dos suinocultores das diferentes regiões brasileiras.

2. Considerando-se que o pequeno número de técnicos que atuam em Extensão Rural é um dos fatores que determinam o baixo uso da tecnologia, sugere-se não só o aumento do número de técnicos da área oficial mas também, o incentivo aos produtores à contratação de Assistência Técnica direta.

3. Necessário se faz que o setor se conscientize da necessidade de reduzir os custos de produção, via aumento da eficiência técnica, melhor utilizando o material genético existente e disseminado no País.

Sugere-se especial empenho de Assistência Técnica na divulgação da pesquisa na área de alimentos alternativos e de sistema de produção alternativa.

4. Faz-se necessária uma Política de Pesquisa na área de sanidade suína, voltada aos interesses do criador, e com prioridade nacionais definitivas.

V- ASSOCIATIVISMO

1. Considerando-se a peculiar ineficiência do setor público em administrar alguns setores da área produtiva prava, sugere-se que se apoiem as Associações da Classe, visando o seu fortalecimento e a sua independência financeira, para que os legítimos interesses da suinocultura, possam ser efetivamente representados.

2. Sugere-se que especial apoio seja concedido às iniciativas que visam a constituição de organizações produtivas na suinocultura, como forma de melhorar suas condições de produção comercialização e de aquisição de equipamentos e insumos.

Curitiba, 23 de novembro de 1983.

(a) Dr. PAULO ROBERTO MOREIRA GOMES

Presidente da S.P.M.V.."

Eram essas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as conclusões a que se chegou no III Congresso Brasileiro de Suinocultura promovido no Estado do Paraná, neste ano, pela Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, que trouxe ao Paraná um grandioso Fórum de Debates, no qual estiveram reunidos mais de 650 pessoas dos mais diferentes rincões do nosso País, e que durante esses três dias puderam avaliar e discutir a condição atual e futura da nossa suinocultura.

Era isso, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra, o sr. deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. presidente, srs. deputados.

Inicialmente gostaria de registrar a presença de jornalistas e políticos de Santa Catarina que aqui se encontram, e membros do Comitê pela absolvição do jornalista Cavanaghi, de Santa Catarina. Aqui vieram para acompanhar o processo que está instalado a Auditoria Militar aqui em Curitiba, cujo julgamento está marcado para o dia 1 de fevereiro.

Senhor Presidente, mais um jornalista está sendo colocado no banco dos réus, e trata-se de Ronaldo Cavanaghi, editoria lista do jornal "Extra" de Joinville de Santa Catarina.

Cavanaghi escreveu em setembro do ano passado um

editorial intitulado "A espada e a cruz", onde abordava a questão da falsificação do jornal "O São Paulo", da arquidiocese do Estado de São Paulo.

Ali Cavanaghi ligou os nomes dos generais Walter Pires, na época Ministro do Exército, a Moacir Pereira, a esta falsificação, bem como à bomba que explodiu no Riocentro. Por esse motivo, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, diga-se de passagem, a excrecência dos anos mais negros da ditadura implantada nesse Brasil, em 1964.

Não podemos admitir, sr. presidente, srs. deputados, que por ter expressado uma idéia, que por ter feito uma denúncia, mande-se um jornalista para a cadeia, como estão querendo fazer neste caso, já que o julgamento está marcado para o próximo dia primeiro de dezembro.

Quando alguém é punido, ameaçado em sua liberdade de expressão, podemos afirmar, sem medo, que a democracia de que tanto falam as autoridades federais, foi colocada na lata de lixo, não serve para nada.

Daí a razão de fazermos, desta tribuna, um apelo ao qual serão sensíveis todos os parlamentares desta Casa, independentemente de partido político, no sentido da absolvição de Ronaldo Cavanaghi.

E vamos mais adiante, sr. presidente e srs. deputados, pedimos a imediata revogação dessa lei esdrúxula que é a Lei de Segurança Nacional. Com ela perde a democracia; ficam diminuídos todos os esforços, no sentido da instauração nesse País, de uma Pátria com regime aberto, regime democrático, de respeito, de expressão e de opinião.

Sr. presidente, srs. deputados, Cavanaghi está sendo mais uma vítima dessa legislação espúria. Já são mais de 30 os condenados e presos por essa lei arbitrária. Não podemos admitir calados, esse tipo de atitude do regime militar, e contra isto estamos protestando aqui, neste momento.

O sr. Márcio Almeida — Vossa excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Nobre deputado Sérgio Spada, muito oportuna a sua intervenção relacionada ao julgamento no próximo dia primeiro, aqui em Curitiba, do jornalista Ronaldo Cavanaghi.

Nós queremos nesta oportunidade, não só manifestar a nossa solidariedade a vossa excelência pelo pronunciamento, mas apelar para que a bancada do PDS também indique um representante seu, pelo menos um, na comissão que nós haveremos de, desta Assembléia retirar, para que nesse julgamento do dia primeiro, a Assembléia Legislativa do Paraná esteja presente, acompanhando e, de forma também efetiva, demonstrar o nosso repúdio mais uma vez, à famigerada Lei de Segurança Nacional.

Meus parabéns, nobre deputado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Eu agradeço o aparte de vossa excelência e acredito que seja muito oportuna a vossa sugestão, de vez que hoje não são só mais os políticos, os jornalistas que estão sendo tolhidos, tragados por esta Lei de Segurança Nacional.

Padres encontram-se presos... (tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a vossa excelência que o tempo que lhe foi concedido por vossa excelência está esgotado. Consulto a Liderança do PMDB se amplia o horário do ilustre deputado que se encontra na tribuna.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Mais três minutos, excelência. O SR. PRESIDENTE — A Liderança comunica a vossa excelência que não há como fracionar em três minutos. Cinco minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Portanto, sr. presidente, srs. deputados. Hoje, não mais só os jornalistas e os políticos de Oposição estão sendo atingidos por esta Lei de Segurança Nacional. Temos os padres franceses condenados de 10 a 11

anos de cadeia; temos os posseiros que estão condenados e cumprindo pena, com base nessa Lei de Segurança Nacional.

Um parlamentar do próprio partido do governo, Teodoro Ferraço, também foi indiciado para ser enquadrado nessa esdrúxula Lei de Segurança Nacional. Portanto, senhor presidente, senhores deputados, esta é uma luta de toda a sociedade organizada nesse nosso Brasil. É uma luta dos partidos políticos, da Igreja, da OAB, de todo o mundo nesse Brasil que está pedindo a revogação imediata dessa Lei de Segurança Nacional.

E com esse intuito, senhor presidente, senhores deputados, no dia 1º de dezembro nós estaremos fazendo, nessa Assembléia, um ato público, pedindo a imediata revogação dessa lei; pedindo que essa lei que já fez tantas vítimas, que de tanta crueldade tem sido instrumento, seja de uma vez por todas extinta da nossa sociedade e dos nossos estatutos jurídicos.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — Com a palavra para completar o Horário da liderança do PMDB o deputado Hermas Brandão, consulto à liderança da bancada se declina do resto do tempo.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Declinando o tempo, encerrada a Hora do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, devidamente apoiada.— **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.— **Necessita de apoio.**— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Acir Mezadri, constante do expediente. **Necessita de apoio.**— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, devidamente apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei nº 187/83, constante da Ordem do Dia de hoje.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei nº 201/83, constante da Ordem do Dia de hoje.— **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência na discussão e votação acima aprovados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 187/83, de autori do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 121/83), que altera dispositivos da Lei nº 7.547, de 10/12/81, que dispõe sobre estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H' e C.F., por unanimidade.— **COM EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Em discussão. Em votação. Há uma emenda de plenário já aprovada em 2a. discussão. Em discussão. Em votação. Em votação, a emenda de plenário. Os senhores deputados que apro-

vam permaneçam como estão.— **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, senhor presidente. (Assentimento).

Antes que vossa excelência colocasse em votação que a Casa fosse esclarecida a que se refere essa Emenda desde que ela apareceu de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos) — A emenda que acaba de ser aprovada, nobre deputado Nilso Sguarezi, é a emenda apresentada pelos senhores deputados que já foi aprovada em 2a. DISCUSSÃO, pela qual se estabelece o quadro pessoal efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado.

Está aprovada a emenda. Em votação o projeto de lei.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 201/83, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que reestrutura os serviços administrativos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES da C.C.J., C.F. e C.R.H, E EMENDAS SUBSTITUTIVAS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— Está em discussão o projeto e emendas.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação da Emenda Substitutiva, da Comissão de Finanças, apresentada ao Projeto de Lei nº 201/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela ordem) — A emenda substitutiva, se aprovada, ficam prejudicadas as outras emendas?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Fica prejudicada a emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANIBAL KHURY — E as outras que se encontram sobre a Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Serão ressalvadas as emendas apresentadas em plenário, hoje.

O SR. ANIBAL KHURY — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o requerimento pedindo preferência na discussão e votação da Emenda Substitutiva da Comissão de Finanças. Em votação.— **Aprovado** o requerimento.

Em votação, o Substitutivo da Comissão de Finanças, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 201/83

Art. 1º — A estrutura dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa passa a ser constante do organograma estrutural anexo.

Art. 2º — Para complementação da estrutura mencionada no Art. 1º desta lei, ficam criados os seguintes cargos em Comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa;

2 (dois) cargos de diretor — Símbolo DAS-3

E é por isso, senhor presidente, senhores deputados, que nós preferimos e apelamos aos senhores deputados que votem preferencialmente na emenda da Comissão de Finanças, que atende em parte, inclusive, o nobre deputado Aníbal Khury.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Senhor presidente, sobre a Emenda do senhor deputado Anibal Khury, respeitando evidentemente a posição da bancada do PDS nesta Casa, sobre a maneira de votar favoravelmente ou contrariamente à Emenda, eu me dirijo aos ilustres companheiros da bancada do PMDB.

Nós nos reunimos e discutimos em termos de bancada sobre o projeto de lei proposto pela Mesa Executiva. Todos os senhores deputados tiveram condições plenas de, em discussão de bancada, propor quantas emendas entendessem necessárias, quantas emendas entendessem salutar para esse projeto e a bancada terminou, esgotou o assunto sobre o projeto e este projeto veio para discussão e votação, dentro daquilo que os senhores deputados da bancada do PMDB convencionaram fazer, reunidos ordinariamente como fazem, e surge o deputado Anibal Khury e apresenta uma emenda ao arrepio de uma decisão tomada pela bancada e eu voto contra a emenda do deputado Anibal Khury, porque não fora desta forma, não haveria necessidade e ficaria totalmente prejudicado qualquer iniciativa em termos de convocação de uma bancada partidária para discutir assuntos de interesse do Legislativo e conseqüentemente, da comunidade, para tomar uma posição.

Em função disto especialmente, eu declaro meu voto contrário à emenda do senhor deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em votação a emenda.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. ANIBAL KHURY — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) A Mesa defere e fará a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. ANIBAL KHURY — Para uma questão de ordem, senhor presidente.

O nobre deputado Kirinus, está pedindo a chamada nominal para verificação de "quorum" ou para prosseguimento da sessão?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Quero entender que é para prosseguimento da sessão, nobre deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY — Não é regimental, porque os senhores estão aí, todos.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa determina ao senhor secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. ANIBAL KHURY — Solicito a vossa excelência que pergunte ao senhor deputado, autor do requerimento se é para verificação de "quorum" para prosseguimento da sessão

ou se é para verificação de "quorum" para votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Pela ordem. Eu declino da chamada nominal e faço oportunamente, na hora da verificação de votação.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Eu declino, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Para encaminhar a votação, o senhor deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY — Senhor presidente, ouvimos com atenção as palavras do deputado Kirinus e do deputado Ferrari Júnior.

Fui consultado pelo autor do substitutivo se concordaria com os termos como estava colocado. Conversei com ele que concordaria, desde que a regulamentação fosse aprovada pelo Plenário e que se eliminasse essa proposição esdrúxula, imprópria num poder público, de um Conselho de Administração.

O que o secretário pode fazer regimentalmente é convocar os seus diretores para tomar decisões que ele ache que devam ser tomadas.

Então, esse Conselho de Administração cabe bem numa companhia americana ou numa grande companhia nacional, mas não no Poder Público, por isso a minha proposta de eliminar esse Conselho de Administração colocado impropriamente nesse projeto de resolução.

Da mesma forma que a Assembléia deva aprovar por resolução do Plenário a regulamentação que é muito mais importante. Talvez seja muito mais importante que o projeto de lei que é autorizativo.

Nessas condições senhor presidente, eu votarei contra. Não me comprometi com esse projeto na bancada e nem poderia porque não quero dar o diploma de incompetente, que isso não vai funcionar como está.

O projeto da tal Hoyler já não existe mais, está completamente reformado e esse projeto foi feito pelos funcionários da Assembléia. De modo que está com as exceções que eu estou salientando, mais ou menos de acordo com os interesses da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação a Emenda n.º 1.

Os senhores deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela ordem) — Aprovada a emenda da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa solicita escusas a vossa excelência, do anúncio do resultado.

Concedo a palavra pela ordem, ao senhor deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu pediria verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende. Solicita aos senhores deputados que tomem seus assentos para que possamos proceder à verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela ordem) — Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende e soli-

cita ao senhor 1.º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O Sr. 1.º Secretário — procede à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Responderam a chamada 44 senhores deputados.

Há "quorum" para deliberações. A Mesa irá proceder a verificação de votação, requerida pelo senhor deputado Gernote Kirinus.

Senhores deputados que aprovam a emenda de autoria do senhor deputado Anibal Khury, queiram levantar-se. (Pausa).

Senhores deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se. (Pausa).

7 senhores deputados a aprovam; 28 senhores deputados a rejeitam.— Está rejeitada a Emenda.

Está em votação a Emenda de número 2, de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, subscrita por diversos senhores deputados, nos seguintes termos:

EMENDA Nº 2
AO PROJETO DE LEI Nº 201/83
REJEITADA

- I - O organograma estrutural a que se refere a emenda substitutiva apresentada pela Comissão de Finanças, passa a ser o anexo a esta emenda.
- II - Os cargos criados pelo art. 2.º, serão:
2 (dois) cargos de diretor - Símbolo DAS-3
11 (onze) cargos de coordenador - Símbolo DAS-4.
- III - A expressão "Decreto Legislativo", contida no Art. 4.º, fica substituída pela expressão "Resolução".

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1983.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

Apoioamento:

Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Werner Wanderer, Péricles Pacheco, Odeni Mongruel, Artagnão Mattos Leão, Ivan Gubert, Nelson Buffara, Ailton Cordeiro, Tuguio Setogutte, Tércio Albuquerque e Augusto Carneiro.

Em votação.

Senhores deputados que a aprovam, permaneçam como estão.— (Pausa) — Rejeitada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela ordem) — Senhor presidente, requeiro a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita do senhor 1.º secretário a chamada nominal dos senhores deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Responderam a chamada 47 senhores deputados.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Eu solicitei verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. Solicita aos senhores deputados que retornem aos seus lugares para que possamos pro-

ceder a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

Os senhores deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Um senhor deputado aprova e 29 senhores deputados rejeitam.— Rejeitada.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 158/82, que concede "Título de Cidadão Benemérito do Paraná" ao senhor doutor JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA", deputado constituinte do Paraná.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 158/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica outorgado o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao doutor JUSTINIANO CLÍMACO DA SILVA, deputado constituinte do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 39/83, que dispõe sobre o controle de agrotóxicos e outros biocidas a nível Estadual, e dá outras providências.— Aprovado. (Publicado no D.A. nº 40).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 78/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA E EDUCATIVA DE SANTA ANA", com sede na cidade de Londrina.— Aprovado. (Publicado no D.A. nº 66).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 81/83, que declara de utilidade pública a "CRECHE SÃO JUDAS TADEU", com sede nesta Capital.— Aprovado. (Publicado no D.A. nº 66).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 107/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — A.P.M.I.", com sede e foro no município de Araruna.— Aprovado. (Publicado no D.A. nº 82).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 114/83, que dispõe sobre a obrigatoriedade, a partir da vigência desta lei, da execução cantada dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado, nos estabelecimentos de Ensino de primeiro e segundo graus do Estado.— Aprovado. (Publicado no D.A. nº 84).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 127/83, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE MARILÂNDIA DO SUL — S.O.S.", com sede e foro no referido município.— Aprovado.— (Publicado no D.A. nº 95).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 131/83, que concede aos pensionistas do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, Gratificação Especial, estabelecendo

ainda, que nenhuma pensão paga pelo IPE será inferior ao salário-mínimo regional, conforme especifica.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 131/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os pensionistas do Instituto de Previdência do Estado perceberão, exclusivamente no mês de dezembro de cada ano, a título de gratificação especial, um salário-mínimo regional, independentemente do valor da pensão.

Art. 2.º — Nenhum pensionista do IPE, poderá perceber pensão com valor inferior ao salário-mínimo regional.

Art. 3.º — Para atender os encargos financeiros decorrentes da execução desta lei, o Poder Executivo utilizar-se-á dos mecanismos previstos no artigo 7.º, da vigente Lei Orçamentária, modificado pelo artigo 9.º, da Lei n.º 7.722, de 1.º de julho de 1983.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 132/83, que dá nova redação ao art. 259, da Lei n.º 1943, de 23/06/54. (Normas para Concessão da Medalha "Policial-Militar").— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 132/83**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "Medalha Policial-Militar, a Medalha criada pela Lei n.º 1.948, de 20 de março de 1920, e modificada pela Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954.

Art. 2.º — O artigo 259, da Lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1.954, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 259. A Medalha Policial-Militar, criada pela Lei n.º 1.948, de 20 de março de 1920, confeccionada, respectivamente, em bronze, prata e ouro, destina-se a recompensar os bons serviços prestados pelos oficiais e praças da Polícia Militar do Paraná, em serviço ativo, que, com ótimo comportamento, completarem para todos os efeitos legais, 10 (dez) 20 (vinte) e 30 (trinta) anos, satisfeitas as condições previstas nas "Normas para a Concessão da Medalha Policial-Militar", a serem baixadas pelo Comandante-Geral da Corporação."

Art. 3.º — O comandante-geral da Polícia Militar do Paraná, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta lei, baixará as "Normas para Concessão da Medalha Policial-Militar.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 166/83, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA LUZ INVISÍVEL N.º 33", de jurisdição da Grande Loja do Paraná, com sede nesta Capital.— **Aprovado.**— (Publicado no D.A. n.º 125/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 41/83, (Mensagem n.º 30/83), que aprova termo aditivo ao Convênio n.º 19/80, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde com a interveniência do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetivando aprimorar a coordenação e a execução das atividades e o desenvolvimento dos serviços básicos de saúde.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 41/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o oitavo termo aditivo, datado de 18 de dezembro de 1982, ao Convênio n.º 19/80, celebrado em 2 de janeiro de 1970, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, com a interveniência do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, objetivando aprimorar a coordenação e a execução de atividades de desenvolvimento dos serviços básicos de saúde.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 42/83, (Mensagem n.º 10/83), que aprova os Termos Aditivos de 30/11/82, e os Termos de Cooperação Técnica e Financeira de 01/02/82, firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do Prosafras, no exercício de 1982.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 42/83**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os segundos termos aditivos firmados em 30 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de CEU AZUL n.º 233/82, LOBATO n.º 231/82, NOVA SANTA ROSA n.º 230/82 e RIO BOM n.º 232/82, a Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente;

GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 43/83, (Mensagem n.º 45/83), que aprova convênio de cooperação n.º 06/83, de 11/02/83, celebrados entre os governos estaduais do Paraná e São Paulo, através de suas secretarias dos Transportes e o Departamento Hidroviário, objetivando a manutenção da linha mista de passageiros e cargas entre as localidades de Iguapé, Guaraqueçaba e Paranaguá.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 43/83.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio de Cooperação n.º 06/83, celebrado em 11 de fevereiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes e do Departamento Hidroviário, objetivando a manutenção da linha mista (passageiros e cargas) entre as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 54/83 (Mensagem n.º 56/83), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e seus Termos Aditivos, firmados em 29/12/82, através da Secretaria dos Transportes e o município de Ribeirão Claro e Londrina. — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 54.)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 84/83, (Mensagem n.º 92/83), que aprova Termo Aditivo n.º 01, de 11/05/83, entre o Estado do Paraná, e o Ministério do Interior, com interveniência da Sudesul e Sucepar, objetivando a execução do "Pronoroeste" — **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 84)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 85/83 (Mensagem n.º 87/83), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 04/06/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "Prosafras" no exercício de 1983. — **Aprovado** (Public. no D.A. n.º 84).

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/83 (Mensagem n.º 19/83, ex-Proposição n.º 18/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios de números 393 e 394, celebrados em 05 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e a Superintendência da Região Sul — Sudesul, objetivando a elaboração de diretrizes para o Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaratuba e pesquisas das atividades de resinagem do Pinus Elliotis, no Estado do Paraná — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46/83, (Mensagem n.º 47/83, ex-Proposição n.º 44/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, o Departamento de Águas e Energia Elétrica, o Estado do Paraná e a Portobrás S/A, para executar o desassoreamento do Canal do Varadouro, para permitir a navegação interior entre Iguape - Estado de São Paulo, e Paranaguá - Estado do Paraná. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 47/83, (Mensagem n.º 48/83, ex-Proposição n.º 45/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo de 11/03/83, ao convênio celebrado em 18/11/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — Geiport, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a co-participação em estudos e pesquisas de transporte no Estado. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/83, (mensagem n.º 118/83, ex-Proposição n.º 122/83, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova, com ressalvas, nos termos do disposto na lei número 5.982, de

04/08/69, o Plano Geral do Governo do Estado, consubstanciado no documento "PARANÁ — PLANO DE AÇÃO 1984/1987". — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/83, de autoria dos deputados RUBENS BUENO e EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o PODER EXECUTIVO a adotar providências, no sentido de obrigar as empresas públicas e demais sociedades das quais o Estado seja acionista majoritário, a divulgar contratações, obras, serviços, compras, admissão de servidores e demais atos que lhes gerem despesas e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL na forma do SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/83, de autoria do deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARBOSA FERRAZ", com sede e foro na cidade do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) — Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência considerou aprovado, na sessão de ontem, o Plano de Governo em razão da não aprovação do requerimento da bancada do PDS manifestando o desejo de que esse Plano fosse analisado pelas Comissões Técnicas da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Assim, a Mesa declarou aprovada em função do resultado do requerimento de autoria de vossa excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Declaro novamente que a bancada do PDS registra seu voto contrário em razão da não ida desse Plano às Comissões Técnicas da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Muito embora seja matéria vencida, mas a Mesa considera a manifestação de vossa excelência.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE IBAITI — A.P.M.I.", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/83, de autoria do deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ERASMO BRAGA", com sede e foro na cidade de Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/83, de autoria do deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DOS SERVOS DA EUCARISTIA — S.S.E.", com sede na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 100/83), que autoriza permutar com o município de Guarapuava, imóveis com área, localização e características que especifica, destinado à construção de um quartel para Polícia Militar do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/83, de autoria do deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública a "CLÍNICA BENEFICENTE HIRO VIEIRA DE MANDAGUAÇU", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137/83, de autoria do deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/83, de autoria do deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a "UNIÃO ASSISTENCIAL DE CRISTO JESUS INDEPENDENTE", com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/83, de autoria do deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a ECAP — Ensino Cultura e Assistência do Paraná", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/83, de autoria do deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IVAIPORÃ — APAE", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/83, de autoria do deputado BASÍLIO ZANUSO, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO TRABALHADOR RURAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/83, de autoria da deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO APÓSTOLO SÃO PAULO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — IASPAS", com sede e foro no município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/83, de autoria do deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública o "BANCO DE OLHOS DE CASCAVEL — BOC", com sede e foro no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL DO ROSÁRIO", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE APOIO PROMOCIONAL AO NÚCLEO SOCIAL DE PONTA GROSSA", com sede e foro no referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/83, de autoria do deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL ESPÍRITA MESSE DE AMOR", com sede e foro no município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

midade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/83, de autoria do deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública o "LIONS CLUBE DE LONDRINA — IGAPÓ", com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 120/83), que altera dispositivos da Lei n.º 7.051, de 04/12/78, que dispõe sobre a Estrutura da Receita do Estado — CRE, e dá outras providências. Com PARECER E EMENDA FAVORÁVEL da C.C.J., e PARECERES FAVORÁVEIS da C.R.H. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.— COM EMENDAS DE PLENÁRIO.—**

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva às Emendas n.ºs 04 e 05, de autoria do senhor deputado Roberto Requião, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA ÀS EMENDAS N.ºs 04 e 05
AO PROJETO DE LEI N.º 178/83**

O art. 3.º — passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3.º — As vagas existentes por ocasião da publicação da presente lei, bem como as originadas pelo disposto nos artigos 1.º e 2.º, serão providas mediante promoção, independentemente do cumprimento dos critérios estabelecidos nos artigos 54, 60 e 67, da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

Parágrafo único — A promoção de que trata este artigo processar-se-á considerando-se prioritária e sucessivamente o tempo de efetivo exercício de serviço público estadual, a maior prole e a maior idade".

O § do Art. 5.º, passará a ter a seguinte redação:

"§ 2.º — Também poderão concorrer aqueles servidores públicos estaduais e municipais, da administração direta ou indireta, não pertencentes ao Quadro Funcional da Secretaria das Finanças, que tenham, a qualquer título ou regime, prestado serviços por mais de dois anos consecutivos e estejam à disposição daquela Secretaria, na data da vigência desta lei."

Sala das Sessões, em
(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoioamento:

Trajano Bastos, Caíto Quintana, Tadeu Lúcio Machado, Paulo Furiatti e Márcio Almeida.

Está em discussão o projeto e a emenda.— Encerrada a discussão.— Em votação.

O SR. PRESIDENTE — Antes de colocar em votação a matéria, a Mesa comunica ao Plenário que as Emendas n.ºs 1 e 2, de autoria dos senhores deputados Eduardo Baggio e Tadeu França, respectivamente, foram retiradas pelos autores.

Está em votação a Emenda n.º 3, de autoria do senhor deputado Mário Pereira.

Os senhores deputados que a aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovada.**

Está em votação a emenda substitutiva às Emendas n.ºs 4 e 5.

Os senhores deputados que a aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovada.**

Em função desta emenda de 3a. Discussão, irá este projeto à 4a. votação.

Em votação a Emenda n.º 6, de autoria do senhor deputado Márcio Almeida.

Os senhores deputados que a aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 7, de autoria do senhor deputado Márcio Almeida.

Os senhores deputados que a aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovada.**

Em votação o projeto.

Os senhores deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/83, (Mensagem n.º 93/83, ex-Proposição n.º 95/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n.º 01/83, celebrado em 05/07/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o município de Campo Largo, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Comec, na execução de obras de interesse metropolitano, constante do Plano Metropolitano de Investimentos.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 95/83, (Mensagem n.º 89/83, ex-Proposição n.º 86/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "Prosafras", no exercício de 1983.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 96/83, (Mensagem n.º 104/83, ex-Proposição n.º 102/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "Prosafras", no exercício de 1983.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 111/83, (Mensagem n.º 74/83, ex-Proposição n.º 75/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado em 13/05/82, entre o Estado do Paraná e a Cidade Industrial de Curitiba — CIC., com interveniência da Prefeitura Municipal de Curitiba, que objetiva a participação do Estado no "Programa de Industrialização do Município de Curitiba".— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor José Bueno Filho, ocorrido no dia 6 de novembro do corrente ano, no município de São João do Ivaí.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 147/83.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor às Organizações Globo de Televisão, pelos anos que vem levando ao ar o programa dominical "Globo Rural".— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 51.º aniversário de emancipação política do município de Rolândia.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora superintendente da Fundepar,

por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos para possibilitar a realização de reformas gerais no Colégio Vila Rica do Espírito Santo, no município de Fênix.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do ITC, por intermédio da Secretaria da Agricultura, visando impedir a ação de desmatamento de uma reserva florestal localizada próxima da área urbana do distrito de Corumbataí do Sul, no município de Barbosa Ferraz.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos para a criação e instalação de um Distrito Judiciário no distrito de Alto São João, no município de Roncador.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na execução de reformas gerais, no prédio da Delegacia de Polícia do município de Quinta do Sol.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo reformas na Escola São Judas Tadeu, no município de Quinta do Sol.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, visando o funcionamento de segundo grau nas escolas públicas dos municípios de Agudos do Sul, Balsa Nova, Contenda, Piên e Quatro Barras.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos senhores secretária da Educação e secretário da Administração, encarecendo reparos no prédio onde funciona a escola estadual Vila Vicentina — ensino de primeiro grau, bem como a ampliação de novas salas de aula no referido estabelecimento, no município de Ponta Grossa.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Banestado, por intermédio da Secretaria das Finanças, visando a instalação de Posto Avançado daquele estabelecimento de crédito, na localidade de Três Lagoas, no município de Foz do Iguaçu.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao senhor secretário da Segurança Pública, no sentido de dotar de viaturas e Delegacia de Polícia do município de Lunardelli.— **Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo a senhora secretária da Educação, visando a instalação de escola de segundo grau, no município de

Lunardelli.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, encarecendo seja colocado à disposição da Polícia Militar um helicóptero, durante a "Operação Praias".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de ser construída a ligação asfáltica na estrada que liga Jataizinho a Rancho Alegre.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando consignação em ata da passagem da Data Nacional da República do Líbano, ocorrida no dia 22 de novembro do corrente ano.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a estadualização da estrada que liga Araruna-Rio Ligeiro, no sentido de Cianorte, num trecho aproximado de 45 km.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, objetivando a liberação de recursos financeiros para a realização de reformas nas instalações da 16a. Subdivisão Policial do município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para aquisição de um congelador para a Escola Estadual Santos Dumont - ensino de primeiro grau, no município de Campina da Lagoa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, objetivando a criação e instalação de um escritório do Servidor Público, no município de Campo Mourão — **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno constante do expediente, solicitando o envio de manifestação ao Congresso Nacional, de solidariedade aos congressistas que definiram a aprovação da minireforma tributária.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, visando a liberação de recursos financeiros para aquisição de óleo diesel para o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Mariluz.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, visando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de um conjunto de implementos de tração animal para o Colégio Agrícola, no

município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando a convocação do doutor Milton de Lucca para prestar depoimento no plenário deste Poder, sobre as atividades que exerceu no Detran, contribuindo assim, para a eliminação dos problemas que determinaram seu afastamento daquele órgão.— Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela ordem) — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à diretoria da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, pelo empenho na promoção do vitorioso III Congresso Brasileiro de Suinocultura, realizado nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, constante do expediente, lido da tribuna, solicitando o envio de pedido de informações ao senhor governador do Estado, empresas públicas e autarquias ou fundações com instituições financeiras brasileiras ou internacionais, e que representem aumento da dívida da Administração Direta ou Indireta do Estado.— Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a regionalização de todos os órgãos de atendimento público para a microrregião 12, a serem localizados na cidade Pólo, município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos senhores deputados Nilso Sguarezi, Rubens Bueno, Fiori Luiz, subscrito também por demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando suspensão dos trabalhos e da contagem do prazo de 180 dias, da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades cometidas na Administração Pública do Paraná.— **Aprovado**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, pela ordem, ao senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita ao senhor 1.º secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

46 senhores deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

A presidência procederá verificação de votação, atendendo

solicitação do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

33 senhores deputados o aprovam; 13 o rejeitam.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Segurança Pública, encarecendo a apuração dos resultados dos trabalhos da perícia técnica na explosão dos transmissores da Rádio Difusora do Paraná, no município de Marechal Cândido Rondon.— Retirado pelo autor.

O SR. WERNER WANDERER (Pela ordem) — Este deputado pede a retirada do requerimento, já que foi descoberta a autoria do atentado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Atendendo ao requerimento do autor, considere-se retirado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/83.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 79 e dos Projetos de Lei n.ºs 53 e 82/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 86, 87 e 88/83.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 94, 95, 96 e 111/83.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204/83.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO FUAD NACLI, EM SESSÃO DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1983

TRISTEZA MARCA DATA DO LÍBANO

(Gazeta do Povo — 23/11/83)

A Federação das Entidades Árabes Brasileiras — Paraná, viu com muita tristeza, passar ontem a data da independência do Líbano. Nosso desejo - disseram Alia Haddad e Kamal David Curi, respectivamente presidente e vice-presidente da Federação - é de que ao invés de tomarmos conhecimento de choros e gritos, possamos em breve comemorarmos a verdadeira independência do Líbano, ao som de cânticos de alegria e vozes de crianças confiantes no futuro de um País que foi sempre o símbolo da beleza, da cultura e da fraternidade. Que viva o Líbano para o Líbano e para todos os irmãos árabes". O Líbano, país de 10.000 km² e 3,5 milhões de habitantes, tem no Brasil uma das maiores colônias de pessoas originárias do Oriente Médio, sendo esta muito numerosa em Curitiba. Mas, desde 1975, quando o país entrou em guerra civil, não se faz aqui,

nenhuma comemoração festiva relativa à sua independência.

A Federação, que tem ainda como secretário, Abdo Abage e, como tesoureiro, Kaluf José Kaluf, vê hoje o pobre Líbano, que tem a capacidade legal de autodeterminar-se, mas, que na tentativa de afirmar-se vai perdendo-se em rios de lágrimas e sangue. "Seu coração segundo os dirigentes da Federação- se debate - fere-se, as trevas tornam-se mais densas e o país não encontra seu estado de harmonia. Triste independência a do dia de hoje. Ao invés de hinos, de risos, de alegria pela luz conquistada, ouvimos o clamor de vozes horrorizadas, choros e gritos cortantes e espoucar de tiros. E o medo grassa pelo velho Líbano, paralisando membros, gelando a alma, orçando cabelos, espectro fúnebre e poderoso a gargalhar nos ouvidos aterrorizados. A Federação não coloca responsabilidade em parte alguma, não interessando-lhe a dissertação política. Apenas grita, como o mundo inteiro por uma solução imediata de paz no Líbano. Acompanhamos preocupados o desenrolar dos acontecimentos, lamentando a perda de irmãos. Aqui sofremos os mesmos terrores, vendo a destruição do País que foi construído com tanto sacrifício durante milênios, recolhidos numa silenciosa prece, rogando pela harmonia e retorno da sua grandeza que tanta luz e cultura espalhou pelo mundo. A esperança da Federação está na reunião realizada recentemente com a participação de todas as lideranças políticas em Genebra, onde definiu-se que o Líbano é o Estado soberano, independente, unido em sua terra, seu povo e suas instituições, dentro de suas fronteiras, definidas pela constituição libanesa e internacionalmente reconhecidas e pertencente ao mundo árabe. Está vinculado por todos os tratados à Liga Árabe.

O Estado aplicará esses princípios em todos os campos, sem exceção".

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1983.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Francisco Escorsin.

Às 17:15 horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 130/83, que concede ao Funcionalismo Público Civil e Militar e aos Pensionistas do Estado, Gratificação Especial, correspondente ao vencimento ou soldo básico, conforme especifica. **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 130/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — O funcionário civil e militar, inclusive inativo, perceberá, à parte e exclusivamente no mês de dezembro de cada ano, uma gratificação especial correspondente ao valor do seu vencimento básico ou soldo básico desse mesmo mês, excluídos adicionais, gratificações e vantagens de qualquer natureza.

§ 1º — A gratificação prevista neste artigo será paga proporcionalmente ao período do exercício durante o ano, com base de 1/12 (um doze avos) por mês.

§ 2º — Para efeito da gratificação especial, será considerado como frequência integral, o mês em que houver exercício funcional por tempo igual ou superior a 15 (quinze) dias.

§ 3º — Para atender o pagamento da gratificação a que se refere este artigo, a Secretaria de Estado das Finanças recolherá mensalmente em Caderneta de Poupança de estabelecimento Bancário do Estado as importâncias correspondentes a 1/12 (um doze avos) dos vencimentos básicos dos funcionários civis e militares do Estado, a o resultado final irá se constituir

no valor real da gratificação.

Art. 2º — Os funcionários civis ou militares afastados do exercício do cargo, sem vencimentos, não terão computados esse período para efeito do cálculo da gratificação especial instituída por esta lei.

Parágrafo único — Também não será computado o período de afastamento dos funcionários colocados sem ônus para o Estado, à disposição de órgãos diferentes da lotação originária.

Art. 3º — A gratificação especial do ano em que o funcionário falecer será paga à sua família, com base no vencimento ou soldo do mês em que se verificar o falecimento, observado o critério de proporcionalidades estabelecido nesta lei.

§ 1º — Para efeito da base de cálculo e da proporcionalidade, será considerado como de frequência integral, o vencimento ou soldo do mês do falecimento.

§ 2º — A gratificação de que trata este artigo será devida a partir do mês seguinte ao do falecimento do servidor.

Art. 4º — Os pensionistas do Estado, perceberão em separado no mês de dezembro de cada ano, uma gratificação especial correspondente ao valor de um salário mínimo regional.

§ 1º — O pensionista do Estado que perceber pensão cumulativa com a do Instituto da Previdência do Estado, perceberá a gratificação especial correspondente somente a pensão paga pelo IPE.

§ 2º — Nos casos previstos no artigo anterior, em que a gratificação paga pelo órgão de origem for inferior ao salário mínimo regional vigente no mês de dezembro, caberá ao Instituto de Previdência do Estado complementar a diferença, mediante requerimento da parte interessada ou comunicação da repartição encarregada de efetuar os pagamentos do servidor cujo óbito se verificou durante o ano.

Art. 5º — Para atender os encargos financeiros decorrentes da execução desta Lei, o Poder Executivo utilizar-se-á dos mecanismos previstos no artigo 7º da vigente Lei Orçamentária, modificado pelo artigo 9º, da Lei nº 7.722, de 1º de julho de 1983.

Art. 7º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente.

EDMAR LUIZ COSTA — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

(Emenda Substitutiva da Comissão de Finanças)



